

ARTIGO

A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E SUA FUNÇÃO SOCIAL

A regularização fundiária urbana é um instrumento necessário e inevitável em praticamente todas as cidades brasileiras, pois a falta de um planejamento adequado ocasionou uma urbanização mal estruturada, com ocupações irregulares e invasão de áreas de preservação permanente. Por ter uma importância tão abrangente na vida do cidadão, ela permeia por vários setores, já que cumpre a função da propriedade e também de suas consequências sociais.

De acordo com o artigo 21 da Constituição Federal, compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social e instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano. Já em nível municipal, cabe aos municípios promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Esse processo inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, que tem como finalidade integrar assentamentos irregulares ao contexto legal das cidades. Esse conjunto de medidas e procedimentos devem ser formulados e desenvolvidos pelo poder público para buscar a ocupação do solo de maneira eficiente e combinar o seu uso de forma funcional.

No ordenamento jurídico, a regularização fundiária segue diretrizes fundamentadas nas Leis Federais n. 11.977/2009 e 13.465/2017 e também no Decreto nº 9.310/2018, que instituiu normas gerais e procedimentos aplicáveis à regularização fundiária urbana, que legitima a posse ou propriedade do cidadão que ocupa uma área que está em desacordo com a lei.

O interesse na regularização fundiária é coletivo. Além de promover o direito à moradia ao cidadão, reduz desigualdades sociais. Para a prática adequada da política urbana são traçadas diretrizes que cumprem o processo de forma ordenada e eficaz, estabelecendo a garantia da terra urbana, bem como do saneamento ambiental, da infraestrutura, do transporte, do trabalho e do lazer.

Todo cidadão tem o direito de morar sem medo de sofrer remoção e ameaças indevidas, ou seja, viver com mais tranquilidade e segurança. A regularização fundiária plena, que corresponde à titulação

de seus beneficiários, possibilita a garantia de segurança jurídica do direito social à moradia, de um ambiente ecologicamente equilibrado e de uma vida digna aos seus habitantes.

Irajá Lacerda é advogado, atualmente ocupa o cargo de chefe de gabinete do senador Carlos Fávaro. Presidiu a Comissão de Direito Agrário da OAB-MT e a Câmara Setorial Temática de Regularização Fundiária da AL-MT. E-mail: irajá.lacerda@irajalacerdaadvogados.com.br

JORNAL DIÁRIO DA SERRA Propriedade da AJOTA ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA CNPJ: 29.464.235/0001-16 Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões 78300-000 Tangará da Serra-MT ISSN 22386467	REDAÇÃO DIREÇÃO DE JORNALISMO Fabíola Tormes CONTATO ds@diariodaserra.com.br Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do DIÁRIO DA SERRA  (65) 99809.2921 www.diariodaserra.com.br www.ds.jor.br
TIRAGEM 1 MIL EXEMPLARES CIRCULAÇÃO Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso. CENTRAL DO ASSINANTE (65) 3326.6501 	DEPARTAMENTO COMERCIAL PUBLICIDADE ASSINATURA PUBLICIDADE LEGAL Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA SERVIÇOS GRÁFICOS E. Tormes e Cia. LTDA CNPJ: 14.048.123/0001-07 CONTATO: adm@diariodaserra.com.br Fone: (65) 3326-4724

TRANSPARÊNCIA

Governo e prefeitura terão que prestar contas sobre fechamento de hospital



A unidade encerrou os atendimentos dia 28 de julho

O pedido foi protocolado pelo deputado Elizeu Nascimento

Gabriela Bomdespacho / Assessoria

O deputado estadual Elizeu Nascimento (DC) protocolou na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, um pedido de informação ao governador Mauro Mendes (DEM), com cópia ao secretário de Saúde, Gilberto Gomes de Figueiredo, ao prefeito do município de Barra do Bugres, Raimundo Nonato Abreu Sobrinho, e à presidente do consórcio intermunicipal que administra o Hospital Regional de Barra do Bugres, Eliane Lins da Silva, referente ao fechamento do Hospital Regional Roo-

sevelt Figueiredo Lira, de Barra do Bugres.

A unidade hospitalar encerrou os atendimentos de internação no dia 28 de julho, deixando a população de 10 municípios sem atendimento médico. Entre os municípios afetados estão Tangará da Serra, Sapezal, Campo Novo do Parecis, Nova Marilândia, Santo Afonso, Arenópolis, Denise, Nortelândia e Porto Estrela.

O parlamentar quer saber, por exemplo, informações sobre os termos que regem o contrato de consórcio público intermunicipal firmado entre os municípios consorciados e o governo do estado, por meio da secretaria de Saúde, a relação das empresas que possuem contrato em vigência junto ao governo, a relação da quantidade de leitos desa-

bilitados com o fechamento do Hospital Regional de Barra do Bugres, qual o orçamento anual do Hospital Regional de Barra do Bugres e qual o valor de recursos financeiros destinados pelo governo estadual repassados ao hospital nos últimos 10 anos. Essas e outras perguntas terão que ser respondidas no prazo máximo de 30 dias.

“A população quer transparência em relação às ações do governo de Mato Grosso sobre o combate à pandemia e, como parlamentar, uma das minhas atribuições é fiscalizar e cobrar explicações dos governantes”, afirmou Nascimento, acrescentando que o pedido de informação é uma oportunidade para os gestores responderem às indagações dos cidadãos mato-grossenses.

HOSPITAL BARRA

“Ninguém vai ficar sem assistência médica”, garante deputado

Tangará em Foco

Em entrevista ao vivo a RDTV, do portal RD News, de Cuiabá, o deputado estadual Dr. João (MDB), comentou sobre vários assuntos, como covid-19, hospital de Barra de Bugres e as eleições municipais de novembro.

Sobre o Hospital de Barra do Bugres, Dr João afirmou que o mesmo passará por uma ampla reforma e que, mesmo com o fecha-

mento, ninguém vai ficar sem atendimento. “Ninguém vai ficar se assistência médica. Hospitais particulares da região serão credenciados para atender desde as gestantes, a casos de ortopedia e de outras demandas, tanto em Tangará da Serra, quanto em Arenópolis e Nova Olímpia”, frisou Matos.

Em relação a Covid-19, o deputado observou que a falta de tratamento precoce pode ter sido a causa de muitas mortes. Ele lembrou

que no início da pandemia as pessoas chegavam nos hospitais apresentando os sintomas clássicos da doença, eram realizados os testes e essas pessoas retornavam para casa.

Já sobre eleições municipais ele falou que o MDB deverá ter candidaturas próprias a prefeito nas principais cidades de Mato Grosso, destacando chances reais de eleição em Cuiabá, Rondonópolis e Sinop, citando de forma tímida a pré-candidatura de Tangará da Serra.